

LOURENÇO FILHO E A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS (CEAA) NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EM 1947

Deane Monteiro Vieira **Costa** – UFES

Agência Financiadora: CAPES

Considerações iniciais

Este trabalho faz parte das primeiras reflexões de uma pesquisa de Doutorado, que almeja investigar, numa perspectiva histórica, o papel e a atuação do intelectual e professor Lourenço Filho no âmbito do Estado Brasileiro como diretor geral da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), do período de 1947 até o final de 1950, período no qual foram realizadas as principais conquistas do movimento. Nesse contexto, algumas problematizações emergem na história da educação local: no Estado do Espírito Santo no período de 1947 a 1950, quais foram as repercussões política e educacional dessa Campanha através das ações e apropriações produzidas pelas autoridades, professores, cooperadores de ensino, voluntários e a população de um modo geral? De que formas foram divulgadas essas ações e políticas locais?

Abordagem teórico-metodológica

No desenrolar dessas reflexões, procuramos apresentar algumas idéias produzidas por pesquisadores e professores brasileiros que nortearão a construção teórica e metodológica desse trabalho de pesquisa: Beisiegel (2004), Gandini (1995) e Nagle (2001).

Esses pesquisadores produziram suas obras com importantes interfaces nos campos da história da educação e da política educacional brasileira, contribuindo para o conhecimento sobre a constituição dos sistemas de ensino no Brasil e sobre questões relativas à oferta educacional.

LOURENÇO FILHO E A CEAA

Lourenço Filho foi a principal figura na sistematização e orientação teórica da 1ª fase (1947-1950) da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos promovida pelo Ministério da Educação e Saúde. Sua trajetória profissional e suas passagens em altos cargos da burocracia do Estado fornecem elementos para a compreensão das condições da constituição de um novo saber em nosso país – o saber pedagógico. (GANDINI, 1995).

Isso, diz respeito ao envolvimento de Lourenço Filho com as questões da educação brasileira na busca por sistematizar os estudos pedagógicos no Brasil, atrelados aos movimentos avançados e técnicos de sua época que, para ele, eram necessários à evolução da Escola (LOURENÇO FILHO, 1998 e 2002).

Lourenço Filho foi considerado por Péricles Madureira de Pinho, ministro de Educação do governo de Vargas em 1953, com um dos membros do grupo “Os Grandes da Educação do Brasil”, ao lado de Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Almeida Júnior. Para Pinho, Fernando Azevedo foi sociólogo, historiador da cultura e reformador de sistemas e instituições, Anísio foi filósofo, inovador, inquieto dos problemas pedagógicos e Lourenço Filho foi o sistematizador dos estudos pedagógicos brasileiros por sua incrível capacidade de trabalho nesse âmbito (GANDINI, 1995).

No ano de 1922 foi indicado para a direção da Instrução Pública do Ceará, quando começou a gozar de projeção nacional. Muda-se para Fortaleza, onde esteve por quase dois anos, até dezembro de 1923. Efetuou a reorganização da instrução pública do Estado, pelo Decreto 474, de 2 de janeiro de 1923 (Regulamento da Instrução Pública). Além dos encargos da administração, ensina na Escola Normal da Capital. “Realiza reforma de geral do ensino, de grande repercussão na época, e que é registrada como um dos grandes movimentos pioneiros da Escola Nova no País” (MONARCHA & LOURENÇO FILHO, 2001, p.29).

Nagle (2001) defende a idéia de que o aparecimento desses novos princípios e idéias sociais que vão nortear a “moderna pedagogia” – o escolanovismo, por exemplo, que reorientou os processos e algumas reformas, como no caso a do Ceará conduzida por Lourenço Filho e outras que ocorreram nos sistemas escolares estaduais – realizarão na

década de 20, do ponto de vista da escolarização, a transição de “modelo político” para um “modelo pedagógico”.

Essa atuação, pensamento e a produção acadêmica de Lourenço Filho se intensificam nas décadas seguintes quando participa da Associação Brasileira de Educação (ABE) e das Conferências Nacionais de Educação e indicam para essa pesquisa, a peculiaridade do estilo e dos esquemas de pensamento desse intelectual no seu contexto histórico que produziram rupturas e permanências com o sistema vigente no cenário educacional.

Antes mesmo de 1947, quando assumiu a direção-geral da CEAA, Lourenço Filho realizou uma palestra a convite do “Centro de Professores Noturnos do Rio de Janeiro”, que foi publicada pela Revista Brasileira de Estudos pedagógicos em Agosto de 1945, quando o professor teoriza e defende a necessidade de educação ou de reeducação presente na vida adulta.

Para isso, ele aponta as funções (supletiva, profissional, cívica e social e de difusão cultural) como os grandes eixos norteadores da educação de adultos que a organização escolar deverá suprir com a finalidade de remediar deficiências encontradas. Mais é categórico ao afirmar que o ensino supletivo deverá ser mais do que a simples alfabetização.

Examinando alguns dos princípios da CEAA na 1ª fase, observa-se que Lourenço Filho, como representante que foi do movimento da Escola Nova, não abriu mão de algumas das lutas gerais do movimento, como:

- Compreensão funcional do processo educativo quer no aspecto individual, quer no aspecto social.
- Compreensão de que as características de cada indivíduo são variáveis, segundo a cultura da família, seus grupos de vizinhança, de trabalho, vida cívica e religiosa.
- Respeito à personalidade do educando ou o reconhecimento de que ele deve dispor de liberdade.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)

A CEAA foi consequência da regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), que aparece no Decreto nº. 19.513 de 1945 – que destinava a importância de 25% por cento dos recursos à educação elementar de adolescentes e adultos analfabetos. Para Beisiegel (2004 p.99-100):

Estas disposições instituíam uma nova área de atuação do Governo Federal no campo da educação. Pela primeira vez, uma importante parcela de recursos ficava explicitamente reservada para a educação de adultos. Por outro lado, imobilizando estes recursos, cuja aplicação subordinava a um plano geral ainda inexistente, a União se declarava obrigada a formular e a fazer cumprir uma política global de atuação, nesta área do ensino.

Dessa forma, o Ministério da Educação e Saúde autorizou o Departamento Nacional de Educação a organizar o Serviço de Educação de Adultos (SEA). Esse serviço foi instalado como “serviço especial” do Departamento Nacional de Educação, ainda no ano de 1947 e tinha for objetivo a orientação e a coordenação-geral dos trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no Espírito Santo

A fase preliminar da implantação da Campanha no Estado do Espírito Santo se deu no período final da Interventoria de Moacyr Ubirajara. E em março de 1947, houve a cerimônia de instalação da Assembléia Legislativa do Espírito Santo e a posse do governador eleito, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (Partido Social Democrático).

A instalação e a estruturação dos trabalhos constituintes no Espírito Santo de 1947 ocorreram num período:

[...] de reordenamento jurídico-político do país e de acirramento das posições sobre o desenvolvimento industrial. Contudo, o contexto sócio-político e econômico do Estado caracterizava-se pela concentração da população na zona rural, pela predominância da agricultura cafeeira como a principal atividade econômica do Estado,

pelo mandonismo local pelo grande índice de analfabetismo e conseqüentemente pela reduzida participação política e eleitoral, uma vez que o voto era vedado aos analfabetos (COSTA, 1998, p.15-16).

Foi nesse contexto, que o efetivo funcionamento das classes da Campanha se deu no governo de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, agora tendo como secretário de Educação e Cultura Fernando de Abreu.

A imprensa local era um dos meios de divulgação, convencimento e incentivo para a realização das matrículas de adolescentes e adultos “analfabetos”, conforme apontado pelo plano nacional da CEAA dirigido à Secretaria de educação e cultura. O documento denominado “ Plano Nacional da CEAA”, foi publicado no Jornal local “A Gazeta”, durante cinco dias consecutivos (19 a 23 de março de 1947), para conhecimento da população capixaba.

Dessa forma, encontramos na imprensa local e no Diário Oficial do Estado, convocações e incentivos de autoria da Secretaria de Educação e Cultura a toda a população capixaba para que apóie a causa e a missão nacional.

Operário! Se ainda não sabeis lêr e escrever, procurai a escola mais próxima de vossa residência e nela matriculai-vos para o vosso bem e para a melhoria de vosso estado social.

Lavrador! Mandai vossos filhos adolescentes e adultos ainda iletrados à escola mais próxima e se ainda sois analfabeto, matriculai-vos também, pois depois que souberdes lêr e escrever, é que podereis aquilatar do valor da educação e avaliar a diferença entre um iletrado e um alfabetizado.

(Diário Oficial, Vitória, 28 de março de 1947, 3ª página).

Em 02 de Abril de 1947, foi divulgada pelo Serviço de Educação de Adultos (SEA) da Secretaria de Educação e Cultura, a distribuição de classes por municípios, num total de 170 classes em todo o Estado. Após essa divulgação, foi realizada a convocação com a abertura de inscrições e designações de professores, de cooperadores de ensino e voluntários que iriam trabalhar com essas classes.

O município do Espírito Santo que manteve uma propagação intensa de seus resultados durante a Campanha foi Cachoeiro de Itapemirim. Esse trabalho foi coordenado por uma professora aposentada, Zilma Coelho Pinto, que se destacou no cenário nacional, recebendo, inclusive, o reconhecimento do próprio Lourenço Filho.

Considerações finais

Podemos provisoriamente concluir que a (CEAA) no Espírito Santo, contou com o apoio e a divulgação da imprensa local que também não deixou de apontar os entraves da campanha no estado. Dentre esses, os principais eram:

- o envolvimento dos políticos na administração da campanha. Há indícios de fortalecimento das oligarquias locais no desenvolvimento da campanha.
- a falta de formação dos docentes no enfrentamento dos desafios geracionais (adolescentes e adultos).

A relevância desse estudo tem sido a possibilidade de lançarmos um olhar na direção do passado para compreender o presente, observando as rupturas e permanências das idéias, da organização dos sistemas para educação de jovens e adultos, bem como das políticas educacionais vigentes em nosso país que ainda não superou o desafio do analfabetismo.

Referências

A GAZETA, Vitória, 1947.

DIARIO OFICIAL, Vitória, 1947.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular**. Brasília: Líber Livro Ed. , 2004.

COSTA, Gilda Araújo. **O direito à educação na Assembléia Constituinte do Espírito Santo de 1947**. Vitória: UFES,1998. (Dissertação de mestrado).

GANDINI, Raquel. **Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952**. São Paulo: Editora da Unicamp,1995.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstron. **O problema da educação de adultos**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.5, nº 14, p.169-185, agosto de 1998.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **A educação, problema nacional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.79, nº191, p.52-64,jan./ abr.1998.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **Tendências da educação brasileira.** Organização Ruy Lourenço Filho & Carlos Monarcha. Brasília: MEC/Inep,2002.

MONARCHA, Carlos & LOURENÇO FILHO, Ruy. **Por Lourenço Filho: uma biobibliografia.** Brasília: Inep, 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.